



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Número	10531/2023
Data do Início	19/05/2023
Folha	
Rubrica	

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO Nº 10531/2023, Pregão Presencial 19/2023

OBJETO: Registro de Preços para terceirização através de empresa para a prestação do serviço gestão de mão de obra de cozinheiro, copeiro, copeiro de lactário e auxiliar de almoxarife ao Município de Maricá.

À D. Procuradoria,

A empresa **JAS SERVIÇOS DE APOIO EIRELI**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital, onde ataca as cláusulas editalícias que considera imperfeitas.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 8.666/1993, especificamente no artigo 41:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

II – DAS RAZÕES

Em resumo, a impugnante alega:

- I- Suposta ilegalidade no Edital devido a fixação de piso salarial mínimo;
- II- Estimativa inconsistente considerando a ausência do cargo de nutricionista nos custos.

III – DO MÉRITO

Em análise ao ponto atacado, passamos a nos manifestar sobre.

Em suas razões, o impugnante argumenta que o edital do certame supracitado comete ilegalidade ao indicar a fixação de piso salarial mínimo vinculado a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), número de registro no MTE: RJ000597/2022, firmada entre SEAC-RJ e SINTACLUNS, para servir de parâmetro na elaboração do orçamento estimativo do certame.

Argumenta ainda, que é possível verificar divergências nos itens 13 do Termo de Referência e subitens 11.2.3.2, 11.2.3.2.1 e 11.2.3.2.2. Pois o primeiro indica que os salários não poderão ser inferiores aos estabelecidos pela convenção supracitada, o segundo diz que a referida convenção foi utilizada para elaboração do cálculo do valor estimado, o terceiro traz a Convenção Coletiva utilizada e o quarto item informa **que os sindicatos indicados não são de utilização obrigatória pelos licitantes.**

Como se verifica no parágrafo anterior, a divergência apontada pelo impugnante consiste na observação da previsão editalícia de que a Convenção Coletiva não é de utilização obrigatória pelos licitantes, mas ao mesmo tempo impõe que os salários não poderão ser inferiores aos da CCT utilizada como parâmetro e que se tratam de funções de baixa complexidade técnica, o que não justificaria a estipulação de piso salarial mínimo.

Embora seja importante salientar que a Administração Pública realiza pesquisa de preços seguindo os parâmetros das legislações que versam sobre o tema, visando garantir que os valores praticados espelhem o que ocorre no mercado, visando assim proteger tanto os licitantes quanto o próprio órgão contratante. Esta Comissão entende que os argumentos apresentados pela empresa impugnante, merecem minuciosa apreciação pela Secretaria Requisitante que elaborou o referido edital.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Outro ponto questionado pela empresa, consiste na ausência de inserção do cargo de nutricionista nos custos do referido instrumento convocatório, alegando que em diversos momentos no edital, é possível verificar atribuições que condizem com as praticadas por profissionais técnicos, como por exemplo o de nutricionista, conforme apontado na peça impugnatória. Sobre o tema, verifica-se que as razões do impugnante merecem detalhada análise pela Secretaria Requisitante, uma vez que seus argumentos foram consistentes e pertinentes

Considerando que esta Comissão mantém o respeito as atribuições funcionais desta administração, registra-se que os pontos atacados nas razões da peça impugnatória são estabelecidos pela Secretaria Requisitante, levando em conta as atribuições de mercado e a necessidade particular do órgão, motivo pelo qual não cabe a esta especializada debater sobre o tema.

IV – DA CONCLUSÃO

Esta especializada decide conhecer a impugnação, porém, tendo em vista que as razões alegadas fogem da competência desta especializada, solicita-se a análise da D. Procuradoria Geral deste município, assim como da Secretaria Requisitante e que, caso entendam necessário, tomem as medidas cabíveis para melhor andamento do procedimento licitatório.

Diante do exposto, esta Comissão submete à Douta Procuradoria Geral do Município e, em seguida, à Secretaria Requisitante para ciência e manifestação quanto aos pontos apresentados.

Em 21/12/2022

Nathália Coelho da Costa Borges
Mat. 3001177

De acordo,

Flávia Maria Nogueira Mattos
Pregoeira
Mat. 109.262